

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Panorama político	2
Título: Marcha a ré no refino	2
Título: Agência Standard & Poor's pode elevar nota da Petrobras	6
Título: Torcida	8
Título: Otimismo com Trump leva Bolsa de Nova York a bater recorde.....	8
Título: Notas	9
Título: Mais um diretor indicado para Itaipu fere norma de Temer	9
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	10
Título: Justiça determina revisão de tarifa da Comgás até março	10
Título: Ação em favor do Brasil é obstáculo para nome de Trump.....	11
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	13
Título: Polêmica nas margens da usina de Belo Monte	13
Título: MPF vai questionar mais uma vez licenciamento.....	15
Título: Governo quer limpar carteira de obras paradas.....	16
Título: Maia e Jovair têm projetos que favorecem doadores.....	17
VEÍCULO: Valor Econômico	18
Título: Exploração de óleo em campo terrestre receberá incentivos.....	18
Título: Demanda dita ritmo de leilões de energia neste ano.....	20
Título: Fechamento de vagas preocupa setor petrolífero e indústria naval.....	22
Título: Com expansão, país diminui dependência de combustível fóssil.....	23
Título: Petrobras tem nível de reservas mais baixo desde 2001	24
Título: Curtas	26
Título: Odebrecht vai tentar saída negociada de ativo no Peru	27
Título: BHP Billiton reduz previsão de produção de cobre	29

VEÍCULO: O Globo**Seção: País / Colunas****Autor: Ilimar Franco****Título: Panorama político**

Pressão dos dois lados

O Ministério de Minas e Energia quer ver aprovada a flexibilização das regras da política de nacionalização em leilões de óleo e gás na próxima reunião do comitê do Pedefor (programa de estímulo aos fornecedores do setor), em 6 de fevereiro. As mudanças abrem espaço para peças de fora do país. A indústria brasileira faz pressão para minimizar as alterações.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Bruno Rosa e Ramona Ordoñez****Título: Marcha a ré no refino**

Com crise e importações, volume de petróleo processado na Petrobras é o menor desde 2010.

A crise econômica e a maior concorrência na venda de combustíveis levaram o país a amargar o maior recuo no processamento de petróleo em suas refinarias dos últimos seis anos. De acordo com dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), o volume refinado chegou a 670,068 milhões de barris no ano passado, uma queda de 7,5% em relação a 2015. Trata-se do menor patamar desde 2010, quando foram refinados 661,838 milhões de barris. O Brasil conta hoje com 17 refinarias. Desse total, a Petrobras é dona de 13 unidades, que, juntas, respondem por 98% do petróleo refinado no Brasil, diz a ANP. A refinaria tem papel essencial na cadeia: assim que o petróleo é extraído do subsolo, ele é levado para uma refinaria, onde será processado e transformado em combustíveis, como gasolina, diesel, entre outros. Parte do recuo do refino está atrelado ao aumento das importações de combustíveis pelos concorrentes da Petrobras.

Esse avanço ocorreu porque a estatal manteve, por boa parte do ano passado, os preços de gasolina e diesel mais elevados no Brasil em relação ao mercado internacional. Como consequência, essas empresas optaram por trazer o combustível do exterior do que comprar da Petrobras. Assim, a importação da gasolina subiu 18,5%, e a do diesel teve alta de 14,1%, mostra a ANP. — A queda da demanda no Brasil e os preços elevados da Petrobras afetaram o volume de refino no Brasil. Foi só com a nova gestão da Petrobras, liderada por

Pedro Parente, que a companhia decidiu baixar os preços, em outubro, dentro da criação de uma nova política de preços. Mas, como a economia ainda não dá sinais de crescimento, não há perspectiva de aumento do volume processado.

Ou se aumentar será pouco — explicou o economista Alfredo Renault, professor da PUC-RJ. Segundo dados do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), o preço médio da gasolina nas refinarias nacionais ficou, em média, 22,1% acima, em 2016, do preço no Golfo do México, usado como referência internacional. Já o preço médio do óleo diesel nas refinarias nacionais ficou, em média, 39,9% acima do preço no exterior. Neste início de ano, até o dia 23, o valor da gasolina vendida no Brasil estava 15,9% mais alto que lá fora, assim como o diesel, que tinha valor 31,8% maior, destacou o CBIE. David Zylbersztajn, ex-diretor-geral da ANP, destacou que as empresas, ao longo do ano passado, se organizaram e decidiram importar diretamente, criando, segundo ele, uma concorrência inédita para a Petrobras.

Outro efeito colateral para a estatal foi a perda de participação de mercado. Segundo a ANP e o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis (Sindicom), a fatia da BR nas vendas de gasolina passou de 27,7%, em 2015, para 25,6%, em 2016 (até outubro). No caso do diesel, o recuo foi de 37,23% para 33,6% no mesmo período. — O que essas empresas passaram a importar foi o que a Petrobras deixou de vender. A Petrobras passou o ano passado inteiro com os preços acima do mercado internacional, como forma de fazer caixa, mas isso criou reflexos na concorrência. E aí baixou o preço para recuperar terreno — disse Zylbersztajn.

2.PROCESSO EM REFINARIA SOFRE ADEQUAÇÃO

Dessa forma, os números da Petrobras também apontam maior capacidade ociosa no conjunto de suas refinarias. O chamado “fator de utilização do parque de refino” nacional caiu de 90%, nos nove primeiros meses do ano passado, para 83%, no mesmo período deste ano. A estatal também apontou recuo de 8% nas vendas de derivados entre janeiro e setembro do ano passado frente ao ano anterior, chegando a 2,084 milhões de barris por dia. Somente o diesel teve queda de 13%, e a gasolina registrou retração de 1%. Segundo a Petrobras, o mercado de combustíveis no ano passado “foi impactado pelo nível de atividade econômica do país e apresentou crescimento das importações por outros fornecedores”. A estatal disse, ainda, que “o processamento das refinarias da Petrobras foi adequado a este cenário de forma a otimizar os resultados da companhia através da melhor combinação de preços e participação de mercado”.

A Petrobras destacou que a “política de preços aprovada em outubro de 2016 é um dos mecanismos utilizados para essa otimização de resultados”. Para o

professor da Fundação Dom Cabral Cláudio Pinho, o fenômeno das importações de derivados por outros agentes, que não a Petrobras, não deixa de ser positivo, pois trouxe competição ao setor, então dominado pela estatal. — É uma importação de momento, mas, de certa forma, é bom porque dá um pouco de competitividade ao mercado — destacou Pinho. Analistas lembraram ainda que a redução no consumo ocorre no momento em que o Brasil passava por uma ampliação de sua capacidade de refino. Após mais de 20 anos sem expansão, a Petrobras inaugurou, no fim de 2014, a Refinaria Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco. O projeto nasceu em meados dos anos 2000, quando, na gestão de José Sérgio Gabrielli, a estatal decidiu construir refinarias para atender a demanda doméstica e tornar o país exportador.

Foi assim que a companhia planejou o Complexo Petroquímico do Rio (Comperj), em Itaboraí, além das refinarias Premium I e Premium II, no Maranhão e no Ceará, respectivamente. Porém, todos esses projetos foram envolvidos no caso de corrupção descoberto pela Operação Lava-Jato. Outro ponto levantado por especialistas é o fato de a Petrobras estar buscando sócios para suas refinarias. Pinho destacou que o anúncio de uma nova política de preços para os combustíveis ainda não é suficiente para permitir a entrada de investidores privados no setor de refino. Para a atração de parceiros e investidores no setor petrolífero, especialmente na área de refino, a Petrobras precisa ter uma política de preços dos combustíveis mais clara do que a atual, ressaltou Pinho: — A política de preços precisa ser mais clara, definindo estratégias de longo prazo, com o escalonamento dos objetivos a serem cumpridos, de modo que o mercado possa ter mais confiança. Sem isso, como garantir que, no futuro, o governo não volte a determinar que a companhia segure os preços dos combustíveis para conter a inflação? E como um investidor vai se programar no longo prazo com essas incertezas, é muito difícil.

3.ANP DEFENDE A CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES

O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, destacou a importância da entrada de outros agentes no setor de refino a partir deste momento em que crescem as importações de derivados, e, no futuro, com possíveis parcerias com a estatal. Para ele, o próximo passo será atrair mais investimentos. — Se a Petrobras trouxer parceiros para o refino, pode-se imaginar lá na frente um setor de downstream (distribuição) mais dinâmico. E isso já se tem visto com o aumento da importação por terceiros que estão entrando também. Lá na frente, ter parceiros privados no refino e importação significa que os sinais de preços serão de mercado — destacou Oddone. O diretor-geral da ANP está convicto de que, no horizonte até 2020, o Brasil se tornará um importante exportador de petróleo. O passo seguinte, segundo ele, será voltar a discutir a construção de novas refinarias no país: — O Brasil vai ser um exportador relevante de petróleo

nos próximos anos com o aumento da produção. Hoje, a gente exporta petróleo e importa derivados.

4. ESTATAL TERÁ DE MUDAR PARA ATRAIR SÓCIOS PARA BR

Na avaliação de Hélder Queiroz, economista integrante do Grupo de Economia da Energia da UFRJ e ex-diretor da ANP, o aumento das importações de gasolina e diesel no Brasil, em 2016, reflete um momento de oportunidade no mercado, diante da diferença entre o preço cobrado pela Petrobras e o praticado no mercado internacional. Mesmo assim, ele pondera que, se a estatal, de fato, quer atrair parceiros para a Petrobras Distribuidora (BR) e para a área de refino, precisará rever sua nova política de preços, a fim de torná-la mais clara e previsível para o mercado. — O grande problema é que a nova política de preços de combustíveis não é transparente. Não se sabe quais critérios são usados, ninguém sabe como calcular. E a sinalização da empresa é a favor de atrair parceiros e investidores para outros projetos no setor — disse. Segundo Queiroz, o assunto ganha ainda mais peso na avaliação dos investidores já que a Petrobras tem praticamente monopólio de fato do refino. Além das dúvidas sobre a fórmula de cálculo em si, o economista ressalta que uma eventual mudança de governo ou no comando da companhia poderia alterar radicalmente a política de preços da petrolífera. O especialista ressalta que a previsibilidade é fator-chave para o segmento já que o refino ou a infraestrutura para importação de combustíveis requer planejamento de longo prazo, além de regras claras e estáveis: — Para atrair investimentos no downstream (distribuição), tem que ter maior previsibilidade, e as atuais informações dadas pela Petrobras não são suficientes. A Petrobras pode usar os preços para “barrar” as importações. E como garantir que não se voltará ao passado de usar os preços dos combustíveis para conter a inflação? Queiroz ressalta que, para uma política de preços eficaz, é necessário que distribuidoras e postos repassem ao consumidor não só os aumentos como também as quedas no valor do produto.

5.COM INVESTIMENTO MENOR, MENOS RESERVAS

A Petrobras registrou queda nas reservas de petróleo pelo segundo ano consecutivo. A companhia informou ontem que, de acordo com o critério ANP/SPE (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis / Society of Petroleum Engineers), as reservas provadas de óleo e gás natural equivalentes atingiram 12,514 bilhões de barris em 31 de dezembro do ano passado, 5,7% inferior aos 13,279 bilhões de 31 dezembro de 2015. Já em 2015 o volume provado já havia representado uma redução de 20% em relação aos 16,612 bilhões de barris de óleo equivalentes em 2014. O especialista e geólogo Pedro Zalán, da Zag Consultoria, disse que a redução das reservas no passado se deve, principalmente, à redução dos investimentos da Petrobras em exploração:

— A causa clara e óbvia desta queda é a ausência de novas descobertas e a diminuição da atividade exploratória. É a falta de perfuração de poços exploratórios. Houve uma diminuição drástica na atividade exploratória. Zalán disse estranhar o motivo de a Petrobras não estar incorporando o petróleo descoberto no pré-sal às reservas já provadas. Para o cálculo deste indicador são considerados os volumes de petróleo com viabilidade econômica de exploração e para os quais existam a tecnologia necessária. No caso da Petrobras, no ano passado, houve, de um lado, um aumento de 110 milhões de barris em novas descobertas, principalmente com a perfuração de novos poços no campo de Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos, e outros 203 milhões em reavaliações de reservas. De outro lado, a venda de ativos exploratórios contribuiu para a redução de 153 milhões de barris em reservas.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa e Ramona Ordoñez

Título: Agência Standard & Poor's pode elevar nota da Petrobras

Analistas avaliam que processo nos EUA causa incerteza para petroleira.

A venda de ativos, a nova política de preços e o equacionamento da dívida colocaram novamente a Petrobras em lua de mel com o mercado financeiro. Embalada pela alta de quase 100% no valor de suas ações desde que Pedro Parente assumiu o comando da companhia, em junho, a estatal pode ter melhora em seu risco de crédito neste ano. É que a agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P) pode revisar positivamente a nota (rating) da Petrobras nos próximos meses. Será a segunda alteração positiva, já que, em outubro, a Moody's reavaliou o rating da estatal. A melhora permitiria que a companhia captasse recursos a taxas de juros mais atraentes. Mesmo assim, a companhia ainda está bem longe do almejado grau de investimento, título que a estatal perdeu em 2015 em meio aos escândalos de corrupção revelados pela Operação Lava- Jato, da Polícia Federal (PF), e do rebaixamento da nota do Brasil, que também perdeu o selo de bom pagador.

Apesar das mudanças favoráveis nos últimos meses, as próprias agências de classificação de risco admitem que a estatal ainda tem uma série de desafios, como os processos judiciais em curso em Nova York, nos Estados Unidos. Segundo Renata Lotfi, analista de ratings da S&P Global Ratings, as melhoras verificadas na atual gestão da companhia podem levar a agência a revisar a nota da Petrobras. A última revisão feita pela S&P ocorreu em julho do ano passado, quando manteve o B+ com perspectiva negativa. Renata cita o foco em rentabilidade e a venda de ativos, como forma de reduzir o nível de endividamento, atualmente de US\$ 122,7 bilhões. O endividamento total em

reais chega a R\$ 398,2 bilhões (em dados até setembro). — Poderíamos revisar positivamente nos próximos meses o perfil de crédito individual da Petrobras, e, se o rating soberano do Brasil não cair, o rating final da Petrobras pode subir. Hoje, a perspectiva negativa da Petrobras reflete o rating do Brasil — disse Renata.

POLÍTICA DE PREÇO É DESAFIO

Mas há desafios. Nymia Almeida, analista sênior da Moody's, cita o desdobramento das ações judiciais em Nova York, que, segundo ela, representa “uma nuvem carregada” sobre a companhia. Ela diz que o total das multas é uma incógnita, sem precedentes. A elevação da nota em outubro do ano passado, diz, já incorporou várias mudanças promovidas por Parente: — Chegamos a pesquisar outros casos para ter uma estimativa de impacto dessas ações, mas não conseguimos. Esse é o pior dos casos. Uma decisão pode ser negativa para a empresa. Hoje, o outlook da companhia é estável e tem uma duração de 12 a 18 meses. A expectativa é que, hoje, a nota da companhia não mude. Espero que a nota continue igual, a não ser essa variante da multa, que pode tirar a nota da empresa, dependendo do que vier.

Ela lista ainda outros desafios, como a própria política de preços da estatal, anunciada em outubro do ano passado. Nymia ressaltou que a empresa precisa saber até que ponto reajustar o preço dos combustíveis no Brasil em relação ao mercado externo não implica perder participação de mercado no país: — A Petrobras precisa manter o volume do refino, pois há muita concorrência. A Fitch, diz Lucas Aristizabal, analista que acompanha a Petrobras na agência, afirma que a companhia vem trabalhando para fortalecer suas finanças, com o progresso na venda de ativos até o momento. Para a agência, o maior desafio é a redução da dívida da petrolífera. Para ele, a meta da estatal é reduzi-la em US\$ 50 bilhões até 2018: — Embora improvável no curto e médio prazos, uma elevação de rating para o Brasil poderia levar a uma elevação para a Petrobras.

É improvável o rating da Petrobras subir independentemente de uma ação positiva do rating soberano. Analistas ouvidos pelo GLOBO foram unânimes em afirmar que os resultados operacionais e financeiros da Petrobras já são suficientes para as agências de risco melhorarem as notas da estatal. Rogério Storelli, gestor da GGR Investimentos, destaca que é fundamental vender ativos como a Braskem e buscar sócios para a BR. Outro ponto essencial é a empresa continuar mostrando independência em sua política de preços dos combustíveis em relação ao governo federal. Antônio Junqueira, analista do BTG Pactual, destacou que os resultados da companhia já são suficientes para melhoria de suas notas de risco:

— A empresa tem feito sua parte para ter sua nota de risco melhorada. As variáveis mais importantes para as agências de risco são a venda de ativos e a política de preços, junto com o câmbio favorável e o aumento do preço do petróleo. Roberta Santiago, assessora comercial da FN Capital, prevê melhora relevante a partir de 2019: — A Petrobras está focando seus investimentos em exploração e produção, com perspectivas de aumento de receita.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Torcida

O DADO de que, no Rio de Janeiro, o impacto da recessão fechou 43,1% das vagas abertas no mercado de trabalho formal nos sete anos anteriores, o maior índice da Federação, reflete, em boa medida, a crise da Petrobras.

OS BRASILEIROS e os fluminenses em particular devem torcer para que o processo de recuperação da estatal evolua sem maiores problemas, dado o peso do segmento de petróleo e gás, e setores correlatos, na economia do estado.

BEM COMO para um desfecho positivo das negociações para o resgate fiscal do Rio de Janeiro, devido ao peso do funcionalismo público na geração de renda local.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Otimismo com Trump leva Bolsa de Nova York a bater recorde

Dow Jones ultrapassa os 20 mil pontos. Decretos do presidente são vistos como favoráveis às empresas.

NOVA YORK - O Dow Jones, principal índice da Bolsa de Nova York, ultrapassou ontem a marca histórica dos 20 mil pontos, refletindo o otimismo dos investidores com as medidas anunciadas pelo recém-empossado presidente Donald Trump e os bons resultados corporativos. Pouco depois de abrir, o índice já ficou acima dos 20 mil pontos, patamar que se sustentou ao longo do dia. O Dow encerrou em alta de 0,78%, aos 20.068 pontos. O S&P 500, mais amplo, e a Bolsa eletrônica Nasdaq avançaram 0,80% e 0,99%, respectivamente. Trump comemorou o recorde do Dow Jones com um tuíte da conta oficial da presidência: "Grande! #Dow20K".

PESO MEXICANO SOFRE BAQUE, MAS SE RECUPERA

O peso mexicano, que chegou a cair depois que Trump ordenou a construção de um muro na fronteira entre Estados Unidos e México, mas depois se recuperou, já que o dólar perdeu frente à maior parte das moedas globais. A moeda mexicana encerrou com valorização de 1%. O barril do petróleo tipo WTI avançou 0,51%, a US\$ 53,02. Já o barril do Brent, referência internacional, recuou 0,65%, a US\$ 55,08.

VEÍCULO: O Globo**Seção: País / Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Notas****Ai, meu bolso**

O consultor Adriano Pires diz que o salto no preço das ações da Petrobras se deve, em parte, à atual política da empresa de reforçar o caixa da estatal (depois de ela perder uns US\$ 40 bilhões no governo Dilma com defasagem de preços). Só que, para isso, o brasileiro pagou, em 2016, na gasolina vendida pela Petrobras valor em média 22,1% acima do preço do mercado lá fora.

O problema é São Gonçalo, e não Macaé

John Davison Rockefeller (1839-1937) dizia que o melhor negócio do mundo é uma empresa de petróleo bem administrada. E o segundo melhor, uma empresa de petróleo mal administrada. É claro que isso mudou. Mas o petróleo ainda tem muita força. Veja só estes dados do economista Mauro Osório, especializado em economia fluminense. Macaé, a cidade do petróleo, apresentou, em 2016, de acordo com dados do Caged, 125.813 empregos formais, número superior ao verificado em São Gonçalo (117.632). E olha que Macaé tem uma população 4,4 vezes menor à de São Gonçalo, uma cidade-dormitório.

VEÍCULO: O Globo**Seção: País****Autor:****Título: Mais um diretor indicado para Itaipu fere norma de Temer**

Nome definido para diretoria de coordenação foi de diretório do PSD

Assim como ocorre no caso da diretoria administrativa, a indicação anunciada pelo governo Temer para a diretoria de coordenação de Itaipu também fere a Lei das Estatais. Ramiro Wahrhaftig integrou o diretório estadual do PSD até maio de 2016.

Após o GLOBO revelar que a indicação de Rubens de Camargo Penteado, ex-dirigente do PPS, para a área administrativa contraria a lei, a Casa Civil informou que os nomes ainda estão em fase de pesquisa, apesar de já terem sido divulgados antes de forma oficial.

No entanto, não disse se a Lei das Estatais será aplicada no caso de Itaipu. Apesar de também ter ligação com o PMDB, Ramiro Wahrhaftig deve sua indicação a Eduardo Sciarra (PSD), e não ao assessor especial da Presidência da República Rodrigo Rocha Loures (PMDB).

Ramiro foi secretário de estado do Paraná e atuou, posteriormente, na Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) sob o comando de Rocha Loures. O caso de Ramiro é similar ao de Penteado, que atuou no diretório do PPS no Paraná até junho do ano passado.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado / Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Justiça determina revisão de tarifa da Comgás até março

Após quase dois anos de disputa judicial, a Arsesp (agência reguladora de energia paulista) terá até março para revisar a tarifa de gás canalizado da Comgás processo que, por contrato, deveria ter ocorrido em 2014.

O prazo foi determinado no fim de 2016 pelo Tribunal de Justiça do Estado, como resultado de uma apelação movida pela Abrace – cujas associadas detêm cerca de 40% do consumo de gás do país.

"Enxergamos uma potencial redução de 15% do custo de distribuição, mas nem todos os componentes foram discutidos", afirma Camila Schoti, responsável pela área de gás e energia da entidade.

Independente do resultado da análise, porém, a associação cobra a conclusão do processo. "O atraso cria insegurança jurídica e prejudica a revisão da taxa das demais concessionárias do Estado".

Após a decisão, em dezembro, a agência chegou a marcar duas audiências públicas sobre o tema, que, no entanto, foram canceladas após liminar da Cogen entidade da qual a Comgás faz parte.

A concessionária também chegou a entrar com embargos declaratórios para suspender a decisão, mas o tribunal afirma que o prazo de 90 dias continua valendo.

Por contrato, a adequação dos preços é feita a cada cinco anos, o que não ocorreu à época, devido a questionamentos sobre a metodologia.

Desde então, a agência fez reajustes provisórios da taxa.

Procurada, a Arsesp não quis se pronunciar. A Comgás não se manifestou sobre a projeção de queda da taxa e afirmou que "acredita que São Paulo logo chegará a uma solução coerente com seu potencial de crescimento."

ENTENDA

Revisão da tarifa era prevista para 2014

O que é?

Contrato de concessão prevê revisões a cada cinco anos, com possíveis mudanças no cálculo da remuneração; a última deveria ter ocorrido em maio de 2014

Por que não ocorreu?

À época, Arsesp alegou atraso na licitação para contratar consultoria e prazo insuficiente para analisar questionamentos sobre a metodologia; indústrias consumidoras alegam falta de planejamento da agência

Empresas que distribuem gás natural em SP

- > Comgás
- > Gas Brasileiro
- > Gas Natural Fenosa

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mundo

Autor: Marcelo Ninio

Título: Ação em favor do Brasil é obstáculo para nome de Trump

Robert Lighthizer, nomeado pelo presidente Donald Trump como representante de comércio dos EUA, pode ter sua aprovação no Senado americano dificultada por um trabalho que fez para o Brasil há mais de 30 anos.

Advogado especializado em disputas comerciais, Lighthizer negociou em favor do Brasil num contencioso sobre etanol em 1985, de acordo com registros oficiais do Departamento de Justiça revelados por uma norma americana de liberdade de informação.

Segundo os documentos, além do Brasil Lighthizer também representou o Reino Unido, Bermudas, Jamaica e União Soviética entre 1985 e 1991.

Pela Lei de Revelação de Lobby, aprovada em 1995, qualquer pessoa que representar governos estrangeiros em disputas contra os EUA fica vetada para chefiar as negociações comerciais do país, cargo para o qual Lighthizer foi nomeado (United States Trade Representative). Para que a lei seja revogada em casos específicos, o que já ocorreu, é preciso que passe por votação nas duas casas do Congresso.

Um dos argumentos que devem ser usados pelos defensores da nomeação é que a lei não se aplicaria por ter sido aprovada após a ação de Lighthizer em favor do Brasil. Ele também tem a vantagem de ser considerado qualificado para o cargo tanto por republicanos como democratas.

Sean Spicer, porta-voz da Casa Branca, disse que Trump tem "total confiança" em Lighthizer e chamou de absurda a possibilidade de o advogado ser barrado no Senado por sua ação em prol do Brasil.

"Trinta anos atrás ele prestou uma breve consultoria a um cliente brasileiro num processo de antidumping e tarifas de importação, uma tentativa de chegar a uma solução amigável com os produtores americanos", disse Spicer. "Seria um absurdo que uma ação como essa o impedisse de servir como USTR."

Conhecido por suas posições protecionistas, Lighthizer, 69, estará na linha de frente do governo Trump para cumprir as promessas do presidente de endurecer as negociações comerciais, caso seja aprovado no Senado.

Vice-representante de Comércio dos EUA no governo de Ronald Reagan (1981-1989), Lighthizer se especializou em representar empresas americanas em disputas com governos e companhias estrangeiras, segundo sua biografia no site do escritório de advocacia Skadden, Arps, Meagher & Flom, do qual é sócio.

Os documentos divulgados pelo Departamento de Justiça mostram que, em 1985, Lighthizer representou o extinto Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), "num esforço mais amplo de resolver disputas entre o Brasil e os Estados Unidos envolvendo o comércio de etanol".

O contrato assinado no dia 14 de novembro de 1985 pelo escritório de Lighthizer e pelo então presidente do IAA, José Roberto Toledo Filho, previa

serviços legais e consultoria com o objetivo de "persuadir" o governo, o Congresso e os produtores de etanol dos EUA sobre as vantagens de resolver as "notáveis dificuldades relacionadas ao etanol em bases amigáveis e equitativas". O escritório também se comprometeu a participar de esforços no Congresso para chegar a um acordo.

Todo indicado para chefiar o USTR e seu número dois são submetidos à mesma pergunta nas sabatinas de aprovação no Comitê de Finanças do Senado sobre ações em favor de governos ou empresas estrangeiras em disputas comerciais.

Em caso positivo, devem fornecer os nomes dos favorecidos e uma descrição dos serviços prestados. A resposta dada por Lighthizer em sua sabatina não foi divulgada.

Na disputa de 1985, quando o Brasil era o maior fornecedor de etanol para os EUA, as acusações de dumping foram negadas pela Comissão de Comércio Internacional americana. No entanto, por pressão da indústria local, o governo acabou elevando de forma significativa as tarifas de importação sobre o etanol brasileiro, prejudicando fortemente as vendas para os EUA.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges

Título: Polêmica nas margens da usina de Belo Monte

Mineração. Governo do Pará deve autorizar nos próximos dias a operação de um projeto bilionário no Rio Xingu, mas a Funai afirma que não aprova o negócio porque há falhas nos estudos de impacto nas comunidades indígenas que vivem nas imediações

O governo do Pará está prestes a autorizar o início da operação de um projeto bilionário para explorar ouro nas bordas da barragem da Hidrelétrica de Belo Monte, ignorando a conclusão de parecer técnico da Fundação Nacional do Índio (Funai), que não aprova o licenciamento da mineração por conta de falhas nos estudos de impacto às comunidades indígenas. Pessoas que acompanham o processo dizem que a autorização sairá nos próximos dias. Para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) do Pará, órgão que é responsável pelo licenciamento do projeto, não há mais nada o que discutir sobre questões indígenas. A empresa canadense Belo Sun, dona do empreendimento batizado como Projeto Volta Grande, que pretende ser o "maior programa de exploração de ouro do Brasil", já teria apresentado ao governador do Pará, Simão Jatene, todos os dados relacionados ao assunto e

discutido seus efeitos sobre o meio ambiente e as comunidades locais. Não é o que diz, porém, a Funai.

Questionado pelo Estado, o órgão federal reafirmou o posicionamento apontado por um relatório técnico que realizou no fim do ano passado, com base em informações apresentadas pela Belo Sun. A conclusão é que o estudo que trata do licenciamento ambiental “foi considerado inapto à apresentação para as comunidades indígenas”, por não atender a critérios básicos exigidos pela autarquia. A Funai afirma que não há nem sequer “dados primários” sobre as duas terras indígenas mais próximas ao local onde se pretende extrair ouro, no município de Senador José Porfírio, na orla do Rio Xingu. A despeito dos riscos e de impactos ao meio ambiente ou aos índios, o governo paraense está de olho mesmo é nos números do projeto.

A Belo Sun, controlada pelo grupo Forbes & Manhattan, um banco de capital privado que investe em projetos de mineração mundo afora, promete injetar R\$ 1,2 bilhão na região. Com explosões de dinamites, tem planos de arrancar 4,6 mil quilos de ouro por ano do subsolo do Xingu. E isso durante duas décadas, o que coloca seu projeto no nível das maiores explorações de ouro do País, como a da mina subterrânea de Crixás, em Goiás, com produção anual de 6 toneladas. Para se ter uma dimensão do projeto, dados oficiais dão conta de que, nos anos 80, foram retiradas do maior garimpo a céu aberto do mundo, Serra Pelada, no Pará, 30 toneladas de ouro. Contas.

O governo do Pará fez suas contas. Seriam 2.600 empregos diretos e arrecadação de R\$ 60 milhões por ano em royalties da mineração por 12 anos. Em impostos, os cálculos chegam a R\$ 132 milhões durante a fase de implantação e mais R\$ 55 milhões anuais quando a operação estiver a plena carga. Os números não conseguem ofuscar, porém, a polêmica que gira em torno do projeto, que enfrenta resistências até da própria Norte Energia, concessionária que administra a Hidrelétrica de Belo Monte. Movimentos indígenas e ambientais, além de o Ministério Público Federal, criticam a proximidade da mineração, que prevê a remoção de nada menos que 37,80 milhões de toneladas de minério da área próxima à barragem de Belo Monte.

A mineração ocorreria abaixo do eixo da barragem, numa área conhecida como Volta Grande do Xingu. Por conta do acúmulo de água no reservatório da usina, esse trecho do rio, que tem aproximadamente 100 km de extensão, passou a ficar permanentemente com uma vazão mínima de água. É justamente nessa área que vivem diversas comunidades indígenas. A preocupação é de que a exploração mineral possa potencializar ainda mais os problemas que essa região já enfrenta. Por meio de nota, o secretário adjunto de gestão e regularidade ambiental do Pará, Thales Belo, afirmou que todas as comunidades indígenas da região vivem acima do raio de 10 quilômetros do projeto, parâmetro legal

usado para estabelecer quando um empreendimento tem “impacto direto” sobre as terras indígenas.

De acordo com o governo do Pará, as comunidades indígenas estão a 12 e 16 quilômetros do local de atuação da empresa. A Belo Sun não respondeu ao pedido de entrevista. Em sua página na internet, com conteúdo apenas em inglês, a empresa convida investidores para entrar em negócio com “tremendous” potencial no Brasil. Há cinco anos, os canadenses tentam liberar a exploração. O projeto já conseguiu obter sua licença prévia da Semas, documento que garante a viabilidade ambiental da exploração. Em abril do ano passado, o governo do Pará chegou a anunciar uma cerimônia na qual a licença seria emitida. Porém, o anúncio foi adiado após alguns dias.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: A.B.

Título: MPF vai questionar mais uma vez licenciamento

O processo de licenciamento ambiental do projeto Volta Grande será mais uma vez questionado pelo Ministério Público Federal (MPF) em Altamira e pela Defensoria Pública da União (DPU). Para o MPF, a etapa de esclarecimento e realizações de audiências públicas não foi cumprida, além de não ter sido analisado o efeito sinérgico da mineração e da hidrelétrica de Belo Monte sobre a região. É o mesmo entendimento apresentado pela DPU. “Vamos ajuizar uma ação na Justiça Federal de Altamira e pedir ao juiz que determine a paralisação do processo de licenciamento”, diz Francisco de Assis Nóbrega, defensor público e secretário-geral da articulação institucional da DPU. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) do Pará confirmou à reportagem que já recebeu todos os “documentos, programas e projetos que se entenderam necessários para a análise” do licenciamento da Belo Sun.

“Nós não temos como afirmar se todos os esclarecimentos necessários foram feitos para a emissão de licença de instalação, até porque é um processo que ainda está sob análise técnica”, declarou o secretário adjunto da Semas, Thales Belo. No dia 12 de janeiro, a secretaria realizou “oficinas com as comunidades” do município de Senador José Porfírio (PA) para “qualificar os programas e projetos que foram apresentados”. Por meio de nota, o Ministério do Meio Ambiente afirmou que “tem acompanhado o projeto Volta Grande, no Pará”, mas não detalhou o que isso significa. Segundo o MMA, não é função sua ou do Ibama licenciar o projeto, porque “esse empreendimento não se enquadra nas hipóteses previstas de licenciamento do governo federal”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Renée Pereira****Título: Governo quer limpar carteira de obras paradas**

Além dos processos de caducidade de empreendimentos de geração e transmissão, leilões de desconstrução de energia tentam equilibrar oferta e demanda.

O governo federal tem adotado uma série de medidas para diminuir o crônico problema de atraso nas obras do setor elétrico. Na área de transmissão, que vive uma grave crise de falta de investimento, a alternativa tem sido declarar a caducidade de vários contratos – ou seja, retomar a concessão para religar o trecho. Em geração, que está em posição oposta ao da transmissão, a alternativa será um leilão de desconstrução de energia. O investidor com obra ainda não iniciada poderá devolver a concessão. Só no ano passado, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) declarou a caducidade de 1.427 quilômetros de linhas de transmissão que estavam com o cronograma atrasado. Esse número ainda não inclui os trechos da espanhola Abengoa, que entrou em recuperação judicial no Brasil no ano passado.

O processo atrasou o andamento de cerca de 5 mil quilômetros de linhas de transmissão. O processo de revogação da concessão da empresa teve início em julho de 2016 pela Aneel, mas em dezembro foi suspenso pela Justiça. Há ainda outros processos em andamento, como é o da Braxenergy. A empresa perdeu no ano passado contrato de seis linhas de transmissão. “Vamos cassar e revogar a outorga de quem não tem condição de tocar o projeto conforme as regras”, afirma o diretor geral da Aneel, Romeu Rufino. Ele afirma que a agência tem adotado um monitoramento constante em todas as obras do setor. “Adotamos um sistema rigoroso de sinalização que mostra se uma usina (ou linha) vai entrar em operação ou não. O contrato tem duas partes. O empreendedor precisa cumprir o compromisso firmado. Se não consegue, não entra no leilão.”

Além das linhas de transmissão, a agência iniciou a caducidade das térmicas da Bolognesi no Rio Grande do Sul e Pernambuco, de 2.476 MW de potência. A intimação já foi feita. O processo está sob análise do diretor da Aneel, Reive Barros. No total, o Brasil tem 7,5 mil MW de energia contratada sem previsão para entrar em operação. Nesse montante, estão cerca de 600 MW do primeiro leilão de energia solar que não saíram do papel ainda. A disputa ocorreu em 2014, quando o dólar estava entre R\$ 2,40 e R\$ 2,50. Com a escalada da moeda americana, os projetos ficaram praticamente inviáveis. Agora, afirmam fontes do setor, os investidores tentam acordo amigável para encerrar o contrato. Leilão reverso. Uma das alternativas pode ser o leilão de desconstrução de

energia de reserva (contratada para dar mais segurança ao sistema elétrico) que o Ministério de Minas e Energia está preparando para o primeiro trimestre deste ano.

Para devolver a outorga, o investidor terá de pagar um prêmio, afirma o secretário executivo do ministério, Paulo Pedrosa. Segundo ele, um dos objetivos é equilibrar a oferta e demanda de energia no País. Com a crise econômica e queda no consumo de eletricidade, as distribuidoras passaram a ter em carteira um volume de energia contratado bem acima da quantidade consumida. Pelas regras, se a sobra de energia for de até 105% da demanda, o custo é repassado para os consumidores. Acima disso, a distribuidora tem de arcar com a despesa. “A sobrecontratação de energia está virando um grande problema para empresas e consumidores”, diz Pedrosa. Por esse motivo, diz ele, o governo quer fazer o leilão de descontratação de energia de reserva. Ao mesmo tempo, a Aneel vai adotar outro mecanismo para descontratação permanente de energia nova entre distribuidoras e geradores. É uma saída para quem tem projeto ainda no papel.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política

Autor: Isadora Peron, Julia Lindner e Isabela Bonfim

Título: Maia e Jovair têm projetos que favorecem doadores

Congresso. Principais nomes na disputa pela presidência da Câmara apresentaram propostas que interessam a setores de empresas que contribuíram para suas campanhas

Os dois principais candidatos à presidência da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que tenta a reeleição, e Jovair Arantes (PTB-GO), apresentaram projetos de lei durante seus mandatos relacionados a interesses de doadores de suas campanhas eleitorais. O levantamento feito pelo Estado tem por base as prestações de contas registradas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que tem dados desde a eleição de 2002.

Ex-funcionário dos bancos BMG e Icatu, Maia, que está no seu quinto mandato, teve as suas campanhas à Câmara financiadas principalmente pelo mercado financeiro. Em 2004, ele apresentou uma proposta para proibir a cobrança da chamada CPMF, o imposto que era cobrado sobre transações financeiras. Na eleição anterior, de 2002, Maia recebeu doações de sete empresas do setor financeiro, incluindo o Banco Itaú e a Bolsa de Valores de São Paulo.

O setor financeiro nunca viu com simpatia a CPMF, extinta em 2007. Mais recentemente, em 2014, o deputado do DEM apresentou uma proposta para

suspender uma resolução da Agência Nacional do Petróleo (ANP) que definia novas regras para a exploração de petróleo e gás natural por meio de uma técnica chamada fraturamento hidráulico, que é proibida em países da Europa por oferecer riscos ao meio ambiente.

Na eleição anterior, de 2010, ele havia recebido doação de R\$ 300 mil da empreiteira UTC, que tem negócios no ramo petrolífero e é alvo da Operação Lava Jato.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas / ESPECIAL

Autor: Daniel Rittner

Título: Exploração de óleo em campo terrestre receberá incentivos

Depois de mudar as regras do pré-sal e retomar a oferta para exploração de áreas em alto mar, o governo definiu um conjunto de iniciativas para estimular a produção de petróleo e gás natural em campos terrestres. Um programa de revitalização da indústria que atua no setor, batizado de Reate, será lançado amanhã pelo Ministério de Minas e Energia em um evento na Bahia.

A escolha do Estado para o anúncio tem um simbolismo: Candeias, município baiano nas proximidades de Salvador, abriga o primeiro poço comercial do país. Mas desde 1941, quando essa exploração teve início, as atenções da Petrobras foram se deslocando para os campos marítimos.

Hoje o Brasil tem 7,8 mil poços ativos em terra, que produzem 143 mil barris por dia de petróleo - 96% dos quais nas mãos da estatal. É quase nada perto da extração em outros países. Nos Estados Unidos, são 1,7 milhão de poços terrestres e produção diária em torno de 6,7 milhões de barris. A Colômbia tira quase 1 milhão de barris em terra; Argentina e Equador, cerca de 500 mil.

A nova agenda para o setor já tem uma medida concreta: royalties mais baixos para blocos explorados em "áreas de fronteira", ou seja, ainda sem histórico de exploração e com riscos maiores.

De acordo com o secretário de Petróleo e Gás Natural do MME, Márcio Félix, a legislação permite que sejam cobrados royalties de 5% a 10% em cada bloco licitado. Tradicionalmente, no entanto, o governo tem adotado sempre a alíquota mais alta. Uma exceção ocorreu com a Rodada Zero, em 1998, quando foram ratificados os direitos da Petrobras após a quebra do monopólio no setor.

A ideia é aplicar uma alíquota de 5% - ou pelo menos próxima do piso - em "áreas de fronteira" que serão oferecidas já na 14ª rodada de licitações: blocos

terrestres na Bacia do Paraná, localizados no Mato Grosso do Sul, e marítimas na Bacia de Pelotas (RS).

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) deve deliberar, em reunião no dia 8 de junho, sobre as áreas que receberão o incentivo. A 14ª rodada está prevista para o segundo semestre. Futuramente, esse modelo pode ser replicado para blocos nas bacias do São Francisco e do Solimões.

A agenda do Reate, entretanto, é bem mais ampla. O conjunto de iniciativas inclui uma tentativa de harmonização das regras de licenciamento ambiental, que estão a cargo de órgãos estaduais e têm muitas disparidades entre si. Campos maduros, com acumulações marginais, terão leilões anuais - as chamadas "rodadinhas". Em resposta a uma crítica bastante habitual dos produtores, que se queixam do excesso de normas, a promessa do governo é fazer exigências compatíveis com o nível de complexidade da exploração terrestre.

"Hoje, quem produz dez barris por dia tem que cumprir as mesmas adequações regulatórias que a Petrobras no campo de Lula", compara o secretário-executivo da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás (Abpip), Anabal Santos Júnior.

A associação tem outras reclamações, como um desconto entre US\$ 10 e US\$ 20 por barril adquirido pela Petrobras dos pequenos produtores para refino, mas o ministério não quer tomar atitudes intervencionistas e pretende deixar esse assunto com o próprio mercado. Na mesma linha, o programa que será lançado amanhã promete alinhar alternativas de financiamento, mas sem a dependência de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Félix diz que uma das intenções é estimular o uso das reservas de petróleo e gás como garantia de eventuais financiamentos liberados por bancos comerciais. As ações do Reate devem ser debatidas em consulta pública, provavelmente a partir de abril, e submetidas ao CNPE em junho.

Paralelamente, a Petrobras está se desfazendo de 95 concessões em campos terrestres, localizadas em cinco Estados - Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Bahia e Espírito Santo. "O mercado está vendo essas iniciativas com bons olhos. As demandas estavam represadas havia muito tempo e temos boas expectativas", acrescentou o secretário-executivo da Abpip.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas / ESPECIAL****Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia****Título: Demanda dita ritmo de leilões de energia neste ano**

O calendário de leilões de energia do governo este ano depende basicamente de dois fatores: a necessidade de demanda futura das distribuidoras e o resultado do leilão de desconstratação em estudo pelo Ministério de Minas e Energia (MME). A pasta também avalia a possibilidade de flexibilizar características dos certames, para ajustar o prazo de contratação de projetos à necessidade do mercado.

A demanda das empresas de distribuição de energia é fundamental para viabilizar leilões convencionais, principalmente os do tipo A-3 e A-5, com início de fornecimento em três e cinco anos à frente. Já o resultado do leilão de desconstratação sinalizará a real necessidade de um leilão de energia de reserva, feito para aumentar a segurança do sistema.

O objetivo do leilão de desconstratação é retirar do cenário de expansão da oferta de energia do país empreendimentos contratados em leilões de reserva anteriores que estejam atrasados ou que não terão viabilidade econômica. Segundo estimativas do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), há sobra estrutural de energia de 8,4 gigawatts médios em 2018, considerando esses projetos.

"A realização de um LER [leilão de energia de reserva] depende das contas feitas no leilão de desconstratação e da mudança na garantia física [das usinas]", disse o secretário-executivo do MME, Paulo Pedrosa.

Em 2016, influenciado pelo cenário de crise econômica e sobrecontratação das distribuidoras, o governo realizou apenas dois leilões de energia nova, um deles do tipo A-5, com 201,8 megawatts (MW) médios contratados, e um de reserva, que negociou 95,4 MW médios, totalizando a contratação de apenas 297,2 MW médios - um dos volumes mais baixos desde a implantação do atual modelo regulatório, em 2004. Também em 2016, o governo cancelou um leilão de reserva, às vésperas de realização do certame.

Segundo Luiz Augusto Barroso, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que auxilia o ministério na elaboração dos leilões, a realização de novas licitações depende da existência de demanda, assim como da avaliação da segurança no fornecimento de energia ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

"O MME, através da Secretaria de Planejamento [e Desenvolvimento Energético], lidera a organização desse calendário e estamos contribuindo. Nosso objetivo maior é definir um calendário anual de realização de leilões que seja respeitado de forma a dar previsibilidade aos investidores", disse Barroso.

Além da definição de um calendário de leilões, outra meta do governo é dar flexibilidade ao planejamento do setor, por meio de leilões com prazos ajustados à real necessidade de contratação. A medida é possível com a Lei 13.360, de novembro de 2016, que permite alterar prazos de contratação. Até então os leilões eram engessados e só poderiam contratar energia nas janelas do A-3 e A-5. Agora, por exemplo, pode haver leilões A-4 ou A-6.

"A Lei 13.360 apresenta inovações em relação aos leilões, dando mais flexibilidade ao planejamento. É possível fazer um A-5 de energia existente ou um leilão de energia nova A-4, por exemplo. Temos instrumentos para ajustar a expansão do sistema à real necessidade", disse o presidente da EPE.

Nessa linha da flexibilidade, a indústria de energia solar busca um leilão A-2, com início de entrega de energia para 2019. De acordo com o setor, não há contratações para 2019 e o próximo leilão tradicional, o A-3, só contrataria energia para 2020.

Devido ao cenário econômico ainda fraco, a Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica) trabalha com a possibilidade de haver apenas um leilão - de reserva - este ano. "Parece não haver espaço para leilões de geração [A-3 e A-5]. Talvez consigamos, na melhor das hipóteses, um leilão de reserva", disse a presidente da entidade, Élbis Gannoum. O leilão de descontração pode ajudar a liberar espaço para essa contratação, afirmou.

A expectativa é semelhante à análise feita pela diretora-executiva da consultoria Thymos Energia, Thais Prandini. "Talvez tenhamos algum leilão de reserva. Para A-3 e A-5, a expectativa é muito baixa", destacou. Ela lembra que o governo precisa realizar os trâmites do leilão A-3 para dar chance para alguma distribuidora declarar necessidade de demanda, mas será muito difícil o certame ser realizado. "Mas pode haver alguma distribuidora precisando [de energia]".

Além dos leilões de compra de energia, a Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget) propõe licitação para contratação de térmicas de partida rápida, em geral usinas a gás natural de ciclo aberto. A ideia é que os empreendimentos sejam acionados rapidamente para suprir a intermitência na geração via fontes renováveis.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas / ESPECIAL****Autor: Rodrigo Polito****Título: Fechamento de vagas preocupa setor petrolífero e indústria naval**

As recentes licitações da Petrobras para a contratação da instalação da unidade de processamento de gás natural (UPGN) do Comperj, no Rio de Janeiro, e para a construção das plataformas de produção de petróleo dos campos de Libra e Sépia, no pré-sal da Bacia de Santos, que incluíram empresas estrangeiras, reacenderam a discussão sobre a manutenção de mão de obra no setor petrolífero brasileiro.

Segundo a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), entre 2013 e 2015 foi observada uma redução de mais de 15 mil postos de trabalho no mercado de petróleo, gás natural e indústria naval no Rio de Janeiro. Desse total, 10 mil postos são relativos à área naval e 5 mil à atividades de exploração e produção de óleo e gás. Os dados não incluem números relativos a 2016. "Espera-se que para o ano [2016] o saldo seja ainda mais negativo", destacou a instituição, em documento sobre o assunto.

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, o setor de atividade extrativa mineral (que inclui petróleo, gás e mineração) fechou 11.888 vagas no país em 2016.

No fim do ano passado, a Firjan encabeçou um grupo de 14 associações e entidades representantes da indústria para lançar o "Movimento Produz Brasil". O objetivo é defender o conteúdo local como um dos mecanismos de política industrial e ressaltar a contribuição da produção nacional na geração de emprego, renda e arrecadação de impostos.

Na ocasião do lançamento da iniciativa, o presidente da Firjan, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, chamou a atenção para a necessidade de urgência que o governo precisa ter para discutir medidas de manutenção de empregos na cadeia de petróleo e gás do país. "Gostaria que o presidente [Temer] entendesse a urgência e o drama sobre o qual estamos debruçados", disse o executivo, na época, em seu discurso mais contundente em relação ao governo até então.

Preocupada com a manutenção de empregos no setor, a recém-criada Associação Brasileira de Engenharia da Construção Onshore, Offshore e Naval (Abecoon) planeja criar cursos para engenheiros e técnicos da área desempregados para não deixarem o segmento.

Os cursos incluem também aulas de planejamento financeiro, para que esses profissionais se equilibrem do ponto de vista financeiro, durante o período de falta de vagas no setor.

"Esses profissionais que estão ficando desempregados acabam indo para outras atividades e, daqui a dois ou três anos, o mercado é sazonal, se não dermos capacitação continuada para esses profissionais, não teremos profissionais bons no mercado para essa nova onda que pode vir", diz o presidente da Abecoon, Maurício Almeida.

"Acabar com o conteúdo local, com o waiver [perdão pelo não cumprimento dos índices de conteúdo local] que a Petrobras está pedindo [à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)], acho que é radicalização demais. Fazer tudo no Brasil também é radicalização demais", completa ele.

Em nota divulgada segunda-feira, a Petrobras destacou que a recuperação da economia brasileira passa pela retomada de investimentos e geração de empregos. A companhia esclareceu ainda que a Constituição brasileira não diferencia empresas de acordo com a origem de seu capital.

"O emprego gerado por essas companhias [estrangeiras] é tão necessário e tão bem-vindo quanto qualquer outro. A disposição do setor privado em investir colabora para que o país saia da mais longa recessão da nossa história provocada por experimentos que, travestidos de apoios e estímulos, se provaram fracassados", ressaltou a estatal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas / ESPECIAL

Autor: André Ramalho

Título: Com expansão, país diminui dependência de combustível fóssil

Com o crescimento acelerado das renováveis, a matriz energética brasileira se tornará cada vez menos dependente do petróleo, ainda que o combustível fóssil se mantenha como o combustível dominante. A projeção é da petroleira britânica BP, que prevê que a energia eólica ultrapasse o gás natural como a segunda maior fonte de geração de energia elétrica do país em 2035.

A expectativa da BP é que o crescimento da importância da energia limpa, no Brasil, siga a tendência internacional. Globalmente, a previsão da britânica é que os combustíveis não fósseis respondam por metade do crescimento do fornecimento de energia nos próximos 20 anos. E que o petróleo e o gás, juntamente com o carvão, continuem como as principais fontes de energia que

alimentarão a economia mundial, sendo responsáveis por mais de 75% da oferta mundial de energia em 2035, contra os 86% de 2015.

De acordo com o relatório BP Energy Outlook, divulgado ontem pela multinacional, a parcela do petróleo na matriz de combustíveis, no Brasil, deverá cair dos atuais 41% para 34% em 2035, diante da tendência de crescimento das fontes limpas. A expectativa é que o consumo de renováveis (incluindo os biocombustíveis) cresça, em média, 4,8% ao ano no período.

As projeções da BP indicam que, com exceção do carvão, todas as demais fontes devem crescer no Brasil, com destaque também para o gás natural. A expectativa é que o consumo do combustível cresça 1,8% ao ano, acima da média global de 1,6%. Já o consumo de petróleo deve aumentar 0,8% ao ano, em linha com a média global.

A BP estima também que o consumo de energia elétrica deve crescer 2,2% ao ano entre 2015 e 2035. A hidroeletricidade continuará a dominar, mas sua participação na matriz elétrica cairá de 63% para 56%.

Do lado da produção, a previsão é que o aumento da produção de petróleo (70%) e gás natural (40%) mais do que compense a queda do carvão (-22%).

A produção de líquidos crescerá mais de 2 milhões de barris diários até 2035, para 5 milhões de barris/dia. Com o aumento da produção de petróleo e biocombustíveis, o Brasil continuará sendo o maior produtor de líquidos da América do Sul.

A previsão é que o país se torne exportador líquido de energia, com aumento das produções de petróleo, gás e hidroeletricidade, energia nuclear e renováveis. A produção de energia no Brasil, segundo o estudo, passará de 94% do consumo em 2015 para 112% em 2035.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito

Título: Petrobras tem nível de reservas mais baixo desde 2001

O corte de investimentos da Petrobras em exploração derrubou o volume de reservas provadas da companhia pelo segundo ano seguido, para os níveis mais baixos desde 2001. Pelos critérios da SEC, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos, as reservas da empresa caíram 8% em 2016, para 9,672 bilhões de barris de óleo equivalente (BOE).

Os dados mostram que a petroleira até conseguiu incorporar mais barris às suas reservas do que em 2015, mas que as novas descobertas têm sido insuficientes para compensar as perdas provocadas pela produção e pelos desinvestimentos. Em 2016, a companhia repôs apenas 25% daquilo que perdeu.

A estatal adicionou as suas reservas 103 milhões de barris de óleo equivalente (BOE) ao incorporar novas descobertas, sobretudo no campo de Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos. Volume mais que cinco vezes maior que as descobertas de 2015.

Esses barris a mais, contudo, não foram suficientes para compensar a produção, que consumiu 925 milhões de BOE; e os ativos vendidos, sobretudo na Argentina, que subtraíram 153 milhões de BOE das reservas.

O Bradesco BBI, no entanto, minimizou a redução das reservas. O banco de investimentos acredita que a queda terá efeito neutro sobre as ações da petroleira, porque o resultado já era "amplamente esperado" em meio ao corte de investimentos nos últimos dois anos. A expectativa da instituição, aliás, é que as reservas caiam novamente em 2017.

O Bradesco BBI acrescentou que o total de reservas da Petrobras é confortável para a longevidade da companhia e destacou que os números reportados pela estatal ainda não refletem totalmente os ativos da cessão onerosa. A estimativa do banco é que, se a Petrobras for de fato confirmada como credora da União após a renegociação do contrato da cessão onerosa, terá direito a receber uma reserva adicional de 3,5 bilhões de BOE.

"No futuro, esperamos que os números de reservas de 2017 experimentem outra queda, como resultado de um menor investimento em exploração, mas não acreditamos que seja a ponto de prejudicar o crescimento da produção [de petróleo da companhia]", destacaram os analistas Filipe Gouveia e Osmar Camilo, em relatório sobre o tema.

Já o geólogo Pedro Zalán, da ZAG Consultoria, considera que os números divulgados pela Petrobras são preocupantes, ainda mais porque os efeitos da queda do preço do barril do petróleo - que influencia no tamanho das reservas economicamente viáveis - já haviam sido contabilizados em 2015.

"Claramente a falta de investimentos exploratórios está afetando seriamente o valor da Petrobras. Seu maior patrimônio são as reservas de petróleo e o reabastecimento delas deveria ser um processo contínuo e ininterrupto", afirmou o consultor, que também esperava que o pré-sal estivesse contribuindo mais com a renovação das reservas.

Em 2016, a estatal declarou a comercialidade de apenas um novo campo no Brasil: Guriatã, na Bacia do Recôncavo. O número inexpressivo reflete a redução do ritmo exploratório. Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP), a Petrobras perfurou em 2016 apenas dez poços, o menor patamar desde 1954.

A tendência é que as atividades continuem em baixa nos próximos anos. Isso porque o plano de negócios da estatal prevê, na média, investimentos de US\$ 1,3 bilhão ao ano na área de exploração até 2021 - um corte de US\$ 1 bilhão em relação ao montante que investiu em 2015, valor que já era baixo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Investidores x Samarco

Os investidores que estão movendo uma ação coletiva contra a Samarco Mineração na Justiça dos Estados Unidos pediram ao juiz do caso que marque para 6 de março a data máxima de entrega da primeira versão da acusação, apesar de ainda não terem conseguido intimar Ricardo Vescovi de Aragão, ex-presidente da mineradora. Os advogados do escritório americano Pomerantz, que lidera a acusação do processo, argumentam que a intimação de Vescovi poderia demorar de seis meses a nove meses, pelo fato dele residir no Brasil. Segundo a acusação, é mais importante ainda nesse caso que o processo siga sem atrasos, "porque a Samarco já ameaçou entrar com pedido de recuperação judicial." Além da ação coletiva da Justiça americana, a mineradora é alvo de vários processos civis e criminais no Brasil que pedem bilhões em indenizações. "Há um risco considerável de que os inocentes investidores prejudicados pela conduta ilegal da companhia não consigam recuperar nem uma fração do prejuízo que tiveram", escreveram os advogados da acusação do processo.

Petróleo recua

Os preços do petróleo futuro recuaram ontem após divulgação dos dados de estoques nos Estados Unidos. Ele indicaram altas acima da esperada para as reservas de óleo cru e de gasolina. O WTI para entrega em março fechou em baixa de 0,8%, com o barril cotado a US\$ 52,75 na New York Mercantile Exchange. O Brent, para o mesmo mês, recuou 0,65%, para US\$ 55,08 na ICE Futures Europe. O petróleo oscilou ao longo de toda a sessão entre perdas e ganhos após a divulgação do relatório de estoques, que apontou crescimento acima do esperado de 2,8 milhões de barris na semana passada.

OPA da Prumo

A administração da Prumo Logística, responsável pelo porto do Açu (RJ), convocou para o dia 24 de fevereiro uma assembleia geral especial para deliberar sobre a realização de nova avaliação da empresa no âmbito da oferta pública de aquisição de ações (OPA) para fechamento de capital. Segundo o edital de convocação da assembleia, os acionistas da empresa vão discutir a contratação de instituição avaliadora para elaboração do laudo de avaliação, sendo que os minoritários da companhia, detentores de mais de 10% das ações em circulação, recomendaram a consultoria Ernst & Young. Também serão debatidos no encontro, se for o caso, o valor dos honorários da instituição avaliadora e o prazo para que ela apresente o novo laudo de avaliação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Victória Mantoan e Fernanda Pires

Título: Odebrecht vai tentar saída negociada de ativo no Peru

Apesar das duras declarações do governo peruano solicitando a venda de todos os ativos da Odebrecht no país, após rescindir o contrato do Gasoduto Sur Peruano (GSP), fontes próximas à operação dizem que o consórcio da concessão, do qual o grupo brasileiro faz parte, deve tentar uma solução negociada para uma saída menos traumática do projeto. Hoje, os sócios devem se reunir para uma definição sobre os próximos passos.

A avaliação é de que, se a concessionária trabalhar junto com o governo para promover um novo leilão em até um ano, as condições de ressarcimento podem ser melhores. A arbitragem, prevista em contrato, ou a judicialização - duas outras opções que restariam -, não são consideradas as melhores saídas por pessoas a par do assunto. A estimativa é de que o valor do ativo hoje, somando os investimentos na obra e estudos já realizados, além de material e equipamentos adquiridos, seja de cerca de US\$ 2,5 bilhões.

Sem um novo leilão, diz uma fonte, o governo é obrigado a pagar 72,5% do valor contábil do investimento realizado. Como a avaliação é de que o projeto é atrativo e já tem interessados, a entrada de um novo concessionário aumenta as chances de a empresa ser ressarcida em algo mais próximo do valor cheio. A obra tem orçamento total de cerca de US\$ 4,5 bilhões, sem considerar os custos de manutenção. O consórcio é formado pela Odebrecht, que detém 55%, pela Enagás, com 25%, e a Graña y Montero, companhia local, com os outros 20%. Apesar da participação societária maior da Odebrecht, a liderança do consórcio é da companhia espanhola.

Além dos procedimentos a serem adotados com o poder concedente, que neste caso é o Ministério de Energia e Minas do país, a reunião de hoje deve tratar da rescisão do contrato de construção. O consórcio construtor, que já realizou cerca de 35% da obra - que representa cerca de US\$ 1,5 bilhão -, também conta com Odebrecht e com a sócia local, Graña y Montero, na sua composição.

A decisão de terminar o contrato de concessão e executar a garantia de US\$ 262 milhões foi tomada pelo governo depois de a concessionária não ter conseguido o financiamento necessário para realização das obras.

Em qualquer lugar do mundo, contratos administrativos têm a prerrogativa da rescisão unilateral. O que tem de ser observado são os procedimentos que culminam no rompimento, explicam especialistas. A rescisão unilateral tem de estar devidamente motivada e dar ao contratado a oportunidade de se defender da iniciativa, mesmo que a anulação se dê por algum motivo de culpa da contratada. "E ainda que seja com culpa do contratado existe uma indenização devida que será, no mínimo, pelo que já foi feito daquele contrato", explica Letícia Queiroz, professora e doutora em regulação e concessões e sócia do Queiroz Maluf Advogados.

Apesar desse movimento e das declarações duras, a Odebrecht não deve acelerar o calendário de alienação de ativos, nem crescer a lista de projetos à venda. Dentre os ativos da Odebrecht no país que não estão à venda há duas concessões rodoviárias já operacionais e com as obras concluídas e um projeto de irrigação, "Proyecto Chavimochic - etapa III". Este último está em fase de obras e não entrou em operação, mas não tem o governo federal, e sim o regional, como poder concedente.

O grupo já se desfez no país da Rutas de Lima, do Olmos (irrigação) e negocia o projeto Chaglla (hidrelétrica). E vinha negociando a venda do próprio gasoduto.

Procurado, o presidente da Latinvest, divisão de infraestrutura do grupo fora do Brasil, Maurício Cruz, disse que não comenta o andamento do processo de rescisão do contrato do GSP. Afirmou que o Peru vive hoje o que o Brasil passou há dois anos, com o início das investigações da Operação Lava-Jato, quando houve um movimento mais "radical" em relação às contratações de empresas alvos.

"O passo que demos de tornar a empresa colaboradora da Justiça é um sinal da nossa vontade de mudar de lado", afirmou. A Odebrecht negocia um acordo de leniência com as autoridades peruanas. O grupo passou a enfrentar dificuldades após o Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DoJ) publicar informações de práticas ilícitas em contratos em diversos países. No caso do Peru, foram US\$ 29 milhões pagos entre 2005 e 2014. Colaborou Camila Maia)

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Jamie Smith****Título: BHP Billiton reduz previsão de produção de cobre**

A BHP Billiton reduziu a previsão de produção de cobre no ano financeiro de 2017 e atribuiu a diminuição a problemas de falta de energia na mina Olympic Dam, no Estado da Austrália Meridional.

A mineradora anglo-australiana comunicou ontem que trabalhos de manutenção em equipamentos e um apagão de energia em setembro que afetou todo o Estado depois de uma forte tempestade na Austrália Meridional deverão fazer com que a produção de cobre em seu ano fiscal de 2017 seja de 1,62 milhão de toneladas, 2% abaixo da meta anterior.

A produção total de cobre no semestre encerrado em dezembro caiu 7%, para 712 mil toneladas, segundo o relatório semestral da empresa. "Os volumes mais baixos refletem a falta de energia e a manutenção imprevista na refinaria iniciada no fim de dezembro de 2016, antes dos trabalhos de manutenção da principal caldeira de fundição planejados para o trimestre de setembro de 2017."

A mineradora manteve as previsões anuais para as outras commodities, entre as quais o minério de ferro, cuja produção nas operações da BHP no Estado da Austrália Ocidental atingiu volume recorde.

Analistas disseram que as projeções sobre a produção de cobre foram decepcionantes, mas não inesperadas. "No geral, [é] um resultado mais baixo para a BHP de cabo a rabo em comparação a nossas estimativas, excluindo a produção recorde de minério de ferro na Austrália Ocidental", disse Paul Hissey, do Royal Bank of Canada.

A BHP Billiton também se depara com a ameaça de ações de protesto de trabalhadores em sua mina Escondida, no Chile, a maior de cobre do mundo. Funcionários sindicalizados rejeitaram a oferta salarial apresentada pela empresa. O impasse elevou os preços do cobre em 3%, para US\$ 6 mil por tonelada, na terça-feira. Os trabalhadores têm até 31 de janeiro para votar uma nova proposta salarial - cujos resultados frequentemente servem de padrão para as outras minas no Chile.

Os preços médios das principais commodities extraídas pela BHP Billiton tiveram grande valorização no semestre encerrado em dezembro, o que deverá dar

impulsionar o lucro da mineradora, cujo balanço financeiro está marcado para ser divulgado em fevereiro.

MME / ASCOM